



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

## ATA Nº 22/2019

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 7 DE NOVEMBRO DE 2019**

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove, na sala das sessões dos Paços do Concelho reuniu a Câmara Municipal sob a presidência do Presidente da Câmara Municipal, Salvador Malheiro Ferreira da Silva, com a presença dos Vereadores, Domingos Manuel Marques Silva, Ana Isabel Tavares Cunha, Artur Manuel Borges Duarte, Alexandre Valente Rosas Caetano, Maria Júlia Lopes Oliveira, Ruben Américo Jorge Ferreira, Maria de Fátima Oliveira Bento e Vitor Manuel Soares Oliveira.-----

Achava-se igualmente presente Susana Cristina Teixeira Pinto, Diretora do Departamento Administrativo, Jurídico e Financeiro, ao abrigo da deliberação proferida pela Câmara Municipal em 26 de Outubro de 2017, relativa à elaboração das atas das reuniões do órgão. --

Às 09:45 horas o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

*O senhor Presidente da Câmara Municipal* deu início à reunião, abordando o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, relativo ao ano de 2018, destacando a boa performance atribuída ao Município de Ovar, que ocupa a 11ª posição em relação ao indicador passivo por habitante, o 16º lugar no Ranking Global dos municípios de média dimensão, tendo subido sete lugares relativamente ao mesmo ranking de 2017. No que diz respeito à região de Aveiro, o município de Ovar situa-se na 4ª posição no Ranking Global, sendo o melhor entre os municípios de média dimensão. -----

De seguida, destacou o balanço muito positivo no que diz respeito à iniciativa do mês sénior, uma iniciativa organizada pela Câmara Municipal, mas com a colaboração de muitas outras entidades e instituições, e com uma grande participação da comunidade sénior, mas também da comunidade em geral. -----

Realçou e informou da realização, neste período, de uma reunião do Conselho Intermunicipal da CIRA, em Ovar, e de uma reunião do Conselho de Administração da ADRA. -----

Da reunião do CI da CIRA, destacou a importância do lançamento do Polis Litoral da Ria de Aveiro II, considerando que o modelo da polis funcionou bem, e sendo com a sociedade atual ou num novo modelo, haverá fundos comunitários para a proteção e valorização da nossa barrinha e orla costeira, elencando como prioritárias as obras de reabilitação da frente de mar Esmoriz - Cortegaça, a deslocalização do parque de campismo de Cortegaça, a requalificação da Praia de Maceda, a melhoria das acessibilidades na Praia do Furadouro e Praia dos Marretas, a requalificação das margens do Rio Lambo, em Cortegaça e Esmoriz até à barrinha e a sul, na zona do Buçaquinho, e também, a obra que já estava prevista, que é a requalificação das margens do Rio Cáster, até à sua foz. Salientou que o documento não está fechado, sendo ainda uma incógnita como surgirá o documento final, que será também um documento de “reivindicação” junto do governo, para a obtenção de fundos comunitários, e que está a ser trabalhado por cada um dos municípios. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

No que se refere à reunião do Conselho de Administração da ADRA, destacou o facto de ter assumido a exigência ao empreiteiro do cumprimento do caderno de encargos da obra que está a ser realizada em Válega, quanto à reposição das valas, sendo que os casos mais exigentes são a Sul, onde a empreitada é da responsabilidade da Carlos Pinho, Lda.. -----  
Informou, ainda, de reunião realizada com a Yasaki Saltano, onde foi informado da intenção de ampliar a empresa, com o conseqüente criação de novos postos de trabalho, e com a Administração da Santa Casa da Misericórdia de Ovar, que deu conta do seu plano de investimentos, que comporta três grades investimentos, estando a Câmara Municipal disponível para colaborar, nomeadamente, no acesso a fundos comunitários, visto que são projetos importantes e que irão projetar o município de Ovar, nas respetivas áreas.-----

No que se refere às diversas iniciativas promovidas neste período, destacou a inauguração da exposição “Agricultura reviver o Passado”, no Museu de Ovar, a receção de uma comitiva de Pithiviers, e a 4ª edição do Dia do Cuidador.-----

Salientou, ainda, a realização do Congresso da CIRA, que comemorou os 30 anos em Comunidade Intermunicipal, e diversas iniciativas promovidas pelas associações e coletividades do concelho. -----

Por fim, informou que, no dia 12 de novembro, no âmbito do 1º Encontro da Rede das Estações Náuticas de Portugal, decorrerá a Cerimónia Pública de apresentação das Estações Náuticas certificadas, e na qual Ovar receberá a sua certificação, assim como, no dia 15 de novembro, a entrega de Prémios Municípios do Ano, para o qual Ovar foi nomeada na categoria de municípios com mais de 20 mil habitantes, com o Projeto Rua do Azulejo e todas as dinâmicas implementadas em torno do património azulejar, numa organização da Universidade do Minho, e que visa reconhecer as boas práticas de projetos implementados pelos municípios com impacto no território, na economia e na sociedade, promovendo o crescimento, a inclusão e a sustentabilidade. Na presente edição deste concurso, foram submetidas 51 candidaturas nas diversas categorias, incluindo a categoria intermunicipal. ----

*A senhora Vereadora Ana Cunha* salientou a importância da iniciativa Mês Sénior, organizada pela Câmara Municipal, com o apoio da Unidade de Cuidados Continuados de Ovar e instituições integrantes da rede social, que, ano após ano, proporciona um conjunto de atividades e iniciativas à comunidade em geral e não só circunscrito às instituições.-----

Mais referiu que tem havido uma evolução ao nível do programa, ativando os recursos da comunidade, com teatro, noite de fados, espetáculo de variedades com arautos, concurso de fotografia, de grande interesse e potencial, entre muitas outras atividades. -----

Destacou a grande adesão e descentralização por todo o território de ovar, com grande impacto no bem estar e na saúde das pessoas que participaram, permitindo criar programas, que tendo surgido no âmbito do mês sénior, se mantêm ao longo de todo o ano (ex. matinés dançantes).-----

*A senhora Vereadora Júlia Oliveira* informou, relativamente ao projeto SLS Ovar, que a 31 de outubro se atingiu mais uma etapa. Etapa que apresenta como programas de maior relevo na Integração de Cuidados, (1) o Programa de Combate à Síndrome Metabólica em que o grupo de desporto da Câmara Municipal de Ovar assumiu a responsabilidade pela prática de desporto segura e individualizada dos utentes elegidos para o Programa de adesão a estilos de vida saudáveis e (2) a consulta de alta resolatividade que visa a articulação estreita e atempada entre os Cuidados de Saúde Primários e os Cuidados Hospitalares, com objetivo de resposta clínica ajustada e que promova o acesso sem recurso ao serviço de urgência. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

No entanto também culmina oficialmente a representatividade da ARS Centro pela Dr<sup>a</sup> Catarina Menezes que desde o primeiro momento coordena os trabalhos com enorme profissionalismo, convicção e equidistância de todos os interlocutores, por alteração de funções. Atendendo à sua relevância em todo o processo, o Grupo de Acompanhamento, onde a vereadora representa o senhor Presidente Salvador Malheiro, deliberou solicitar a sua continuidade, que o senhor Presidente já formalizou. -----

Ultrapassado o período eleitoral legislativo e a iniciadas as funções do Governo nomeado cumpre agora o desafio de divulgação pública e institucional, e para tal é relevante a receção pelo Ministério da Saúde, para uma efetiva articulação. -----

A colaboração de todos é muito importante. Continua-se a fazer caminho, mas o caminho é longo e ainda se está numa fase muito inicial da efetiva Implementação do Programa Piloto SLS Ovar. “-----

*A senhora Vereadora Fátima Bento fez a seguinte intervenção:* -----

“ INTERVENÇÃO: ANÁLISE E QUESTÕES COLOCADAS PELOS VEREADORES ELEITOS PELO PARTIDO SOCIALISTA (ARTUR DUARTE E FÁTIMA BENTO) AO RELATÓRIO DA INSPEÇÃO GERAL DE FINANÇAS RELATIVO À AÇÃO DE CONTROLO AO MUNICÍPIO DE OVAR – URBANISMO -----  
PLANEAMENTO URBANÍSTICO E EXPANSÃO URBANA -----

Reduzida atividade de planeamento territorial. -----

Em contraditório o MO reconhece que dos 40 planos municipais iniciados em termos de elaboração e previstos no PDM de 1995, só 7 (2,9% da área urbana do PDM de 2015) foram concluídos e aprovados. -----

RECEITAS URBANÍSTICAS E DESPESAS COM A URBANIZAÇÃO -----

Triénio 2014-2016 e 1.º semestre 2017 -----

TMU (Taxa pela realização, manutenção e reforço das infraestruturas urbanísticas), representa 3% do conjunto das receitas urbanísticas, incluindo impostos, tendo esta financiado apenas 0,55% do investimento municipal em infraestruturas gerais - manifestamente insuficiente para cobrir as despesas. -----

Em contraditório o MO reconheceu a necessidade de revisão do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e Taxas Urbanísticas, adequado à política global a definir em matéria orçamental, de Planeamento e Urbanismo para a autarquia. -----

QUAL O PONTO DE SITUAÇÃO DA REFERIDA REVISÃO REGULAMENTO? -----

GESTÃO URBANÍSTICA -----

CONFORMIDADE DAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS: -----

Nos 9 processos urbanísticos analisados, existe falta de identificação de técnicos e de autarcas nos subscritores e respetivas qualidades em que o fazem. -----

Foi detetado que, por vezes, a data dos alvarás de construção é anterior de emissão da fatura/recibo das taxas devidas. -----

Em contraditório o MO admite as irregularidades e diz que já as está a corrigir, mas não refere como, entenda-se quais as medidas que está a implementar para corrigir o constatado. -

É RELEVANTE SABER O QUE ESTÁ A SER FEITO, NUMA LÓGICA DE TRANSPARÊNCIA. -----

FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL E PROCESSOS DE CONTRAORDENAÇÃO -----

Perda de performance dos serviços: taxa de conclusão de processos aumentou 10% de 2014 para 2015 e depois decresceu para menos de metade entre 2015 e 2016 (de 38% para 16%).

Arrastamento dos processos de contraordenação que ficam a aguardar a legalização da



## CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

situação que lhes deu origem, apesar de serem processos autónomos perdendo-se o efeito preventivo e punitivo das respetivas situações. -----

Existência de diligências internas dispensáveis e morosas, que protelam as decisões finais. ---

Falta de recursos humanos e a não fixação de prazos em norma de controlo interno para a sua conclusão, contribuem para o atraso nas tramitações dos processos de contraordenação. -----

DE ACORDO COM O PREVISTO NO MAPA DE PESSOAL PARA 2020, ESPERAMOS QUE O REFORÇO DE RH NESTA ÁREA TENHA TIDO EM CONTA TAMBÉM ESTAS NECESSIDADES. -----

ANÁLISE DOS SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO EVIDENCIAM: -----

Falta de articulação entre os serviços de contraordenações e os serviços de fiscalização de obras, para reposição da legalidade. -----

As infrações urbanísticas resultam essencialmente de denúncias e não de uma ação planeada de fiscalização. -----

Não é mais uma vez evidenciado pelo MO em contraditório quais as medidas em implementação para corrigir e/ou minimizar as situações identificadas. -----

NO QUE AO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DIZ RESPEITO E NÃO APENAS AQUISIÇÃO DE SOFTWARE, ESTÃO A SER EQUACIONADAS MEDIDAS PARA ELIMINAR OS PROCEDIMENTOS DISPENSÁVEIS PARA MINIMIZAR A MOROSIDADE, CONJUNTAMENTE COM O REFORÇO DE RH? -----

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO -----

APLICAÇÕES INFORMÁTICAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO -----

Identificadas deficiências relativamente à tramitação desmaterializada de procedimentos e à disponibilização de informação adequada para administração das atividades de planeamento territorial, gestão urbanística e acompanhamento da execução dos planos municipais de ordenamento do território. -----

Falta de suportes integrados que permitam aos autarcas (gestores) ter uma visão imediata de dados agregados relativos ao planeamento territorial e gestão urbanística. -----

MAIS UMA VEZ EM CONTRADITÓRIO O MO ARGUMENTOU QUE ESTAVA PREVISTA A ELABORAÇÃO DE PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE SOFTWARE, MAS DE FORMA ABSOLUTAMENTE VAGA E SEM UM PLANO CONCRETO RELATIVO A QUE PROBLEMAS ESSA AQUISIÇÃO E POSTERIOR IMPLEMENTAÇÃO IRÁ RESPONDER EM CONCRETO. EXISTE ESSE PLANO? -----

NORMAS DE CONTROLO INTERNO -----

MAIS UMA VEZ FORAM DETETADAS FALHAS, COM PREJUÍZO PARA O MO, QUE FORAM RECONHECIDAS POR ESTE E REMETIDA A SUA RETIFICAÇÃO PARA A PRÓXIMA REVISÃO DAS MESMAS, SEM TIMING CONCRETO E/OU ITENS A CORRIGIR. QUAL O PONTO DE SITUAÇÃO DO PROCESSO? -----

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS -----

Plano de 2009 não sofreu qualquer alteração, nem refletiu a atual estrutura orgânica municipal. -----

Áreas de risco sem plano de medidas previstas, nas respetivas unidades orgânicas. -----

Não existência de uma monitorização efetiva, nem de verificação de medidas implementadas.

Plano desatualizado face ao introduzido em 2009 em termos de normativo e disposições legais. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

MAIS UMA VEZ FOI RECONHECIDA A NECESSIDADE E URGÊNCIA DE ATUAÇÃO NESTA ÁREA, PELO MO EM SEDE DE CONTRADITÓRIO, MAS SEM PLANO CONCRETO DE AÇÃO. -----

RESUMINDO: -----

FACE ÀS RECOMENDAÇÃO E PROPOSTA CONSTANTES NO RELATÓRIO DO IGF SOMOS A SOLICITAR INFORMAÇÃO DE QUAIS AS MEDIDAS CONCRETAS QUE JÁ FORAM ENTRETANTO ADOTADAS E QUAIS AS PREVISTAS PARA COLMATAR AS DEFICIÊNCIAS APONTADAS.” -----

*O senhor Presidente da Câmara Municipal* considerou que este relatório é uma oportunidade de melhoria da nossa performance, tendo já começado a implementar algumas das medidas preconizadas no relatório. -----

*O senhor Vereador Domingos Silva* salientou que este relatório é o final da inspeção que decorreu em 2017, antes e após as eleições. No contraditório, é explicado, ponto por ponto, todas as situações, sendo que, terá que ser enviado à IGF o estado do acompanhamento deste plano. Salientou, também, que os serviços da Câmara Municipal de Ovar não começaram em 2013, ano de início do 1º mandato deste executivo em permanência. -----

No que respeita às receitas e taxas, é um facto a redução das taxas urbanísticas, mas isto já vem desde 2009, uma vez que, numa nota mais política, esta Câmara Municipal entendeu, a partir de 2009, com base nos fundamentos existentes, promover uma redução das taxas e nós mantivemos essa dinâmica, consolidando as alterações que, ano a ano, vinham a ser feitas. ----

No que se refere ao Planeamento, referiu que o PDM de 1995, preconizava 40 planos, o que constitui uma matéria controversa, que durante 20 anos não se conseguiu concretizar. Existem alguns planos aprovados, mas não é possível ir além daquilo que a nossa estrutura permite. -----

Relativamente à questão das assinaturas e à falta de carimbo que identifique quem assina, salientou que já há muito tempo que temos essa questão resolvida. -----

No que diz respeito aos alvarás, informou que o alvará é emitido quando a licença é aprovada e autorizada, ficando a aguardar o seu levantamento e correspondente pagamento. -----

Relativamente às contraordenações, referiu que foi adotado um procedimento, privilegiando que as pessoas venham regularizar as situações, que quando o fazem e são primárias, em regra, são admoestadas ou é arquivado o processo, não constituindo o nosso modo de atuar o da sanção pura e simples, sendo óbvio que há situações em que as sanções são aplicadas. -----

Mais referiu que, quanto às denúncias e atuação do Serviço de Fiscalização, é uma ilusão a atuação preventiva, sendo que, desde sempre, os maiores fiscais são os munícipes. -----

No que concerne ao cálculo das taxas, referiu que foram detetados em três processos, erros de cálculo, tendo sido instituído o recálculo, e regularizado as situações detetadas, realizando as cobranças e pagamentos correspondentes, já em 2018. -----

Relativamente ao Plano de Anti-Corrupção, o mesmo está desatualizado, estando previsto iniciar o processo para a sua atualização e adaptação à realidade atual. -----

Relevou de forma positiva o ponto de situação efetuado relativamente a uma área num determinado momento, que ajudou e ajudará a identificar e alterar alguns procedimentos, sendo que a situação que levou ao processo disciplinar á funcionária Paula Liz, e que foi reportada pelo inspetor, não é referida neste relatório. -----

Mais considerou, que devia haver na Câmara Municipal a figura do auditor interno, alguém interno à instituição que olhasse para os processos e determinasse o que devia ser corrigido e melhorado, sempre no estrito cumprimento da Lei. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

Salientou o facto de não terem sido detetadas situações graves, apenas alguns pormenores que temos de ir melhorando, alguns que pressupõem uma filosofia diferente de abordagem. --- Por fim, destacou o facto de a Câmara Municipal ter iniciado um processo de desmaterialização de processos, com a substituição de software de gestão documental, que obrigará á alteração de procedimentos, sendo que, no futuro, os munícipes poderão aceder aos seus processos, que será uma realidade com a alteração do Hardware, cujo necessário investimento já está refletido no orçamento de 2020.-----

*O senhor Vereador Artur Duarte fez a seguinte intervenção:* -----

“No que respeita ao que se passou na última reunião onde se discutiu o orçamento para 2020, havia duas questões que gostava serem esclarecidas: -----

- Teríamos todo o gosto em participar nos trabalhos conducentes à elaboração das peças discutidas, mas como é óbvio, não estamos disponíveis para produzir exercícios inúteis para uma audiência que não quer ouvir. Mas também acrescentamos que sendo este, um exercício que levanta algumas dificuldades na sua elaboração, estamos seguros de que seríamos capazes de apresentar um orçamento e umas GOP’s muito mais ambiciosos e fomentadores do desenvolvimento económico, social e cultural do concelho de Ovar, sem colocar em causa a sustentabilidade financeira da Câmara. -----

- Relativamente à possibilidade de a Câmara pedir um financiamento para acelerar o processo da criação das zonas de actividades económicas, a nossa posição é muito clara, depois de feito o estudo de viabilidade económica e financeira dos projectos, e escolhido o seu modelo de exploração, se a forma mais apropriada para os financiar fosse contratar dívida, não hesitaríamos em a propor, porque estamos profundamente convictos do seu potencial e do carácter decisivo, que revestem estas zonas, para o desenvolvimento do concelho. Portanto a pergunta que gostaria de ver respondida é se continua a ser uma prioridade deste executivo a criação de tais zonas, pu se o facto de andarem a protelar o concurso para adjudicação da empresa que deverá fazer o plano pormenor da área de Ovar Sul, é um sintoma da falta de vontade de avançar com este importante investimento?”-----

*O senhor Presidente da Câmara Municipal remeteu para a sua intervenção na última reunião da Câmara Municipal, e salientando que o executivo está empenhado em concretizar a zona industrial a sul do concelho, estando já escolhida a empresa que irá realizar o respetivo estudo.*-----

Quanto ao que o Senhor Vereador considerou exercícios inúteis, considerou que, de facto, foram recebidos vários contributos e propostas de forças políticas, tendo sido o PS o único partido que não apresentou qualquer proposta ou contributo, tendo alguns dessas sugestões e propostas sido incorporadas no documento apresentado e aprovado. -----

Mais considerou que, da participação de todos resulta um exercício melhor, no respeito pelo nosso plano de ação e das prioridades que estabelecemos.-----

*O senhor Vereador Domingos Silva salientou que, quando desafiou o senhor Vereador Artur Duarte a fazer um exercício de orçamento, foi no sentido de ver o que podemos incluir no orçamento, com base nas nossas disponibilidades.*-----

*O senhor Vereador Artur Duarte referiu que o que foi sugerido era um exercício alternativo que seria inútil. Quanto à questão política partidária, não foi por falta de propostas ou sugestões que o Partido Socialista não foi considerado nas opções orçamentais, uma vez que representamos o Partido e não deixamos de ser pró-ativos na gestão municipal.*-----



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

**DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, JURÍDICO E FINANCEIRO** -----

**APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADAS NOS DIAS 17 E 31 DE OUTUBRO DE 2019.**-----

*Deliberação nº 717/2019:*-----

*Deliberado, por unanimidade, aprovar as atas.* -----

**PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DE VEREADOR EM REGIME DE TEMPO INTEIRO.**-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal explicou a proposta e respetivas justificações, associadas aos Pelouros já atribuídos e a atribuir. -----

*O senhor Vereador Artur Duarte* salientou que nada tem contra o senhor Vereador Ruben Ferreira, antes pelo contrário, tendo conhecimento da ação positiva que tem desenvolvido na Câmara Municipal, levantando apenas a questão se vai haver mais dois Chefes de Gabinete. --

*O senhor Presidente da Câmara Municipal* esclareceu que, nos termos da lei, o Presidente da Câmara Municipal tem direito a nomear 3 cargos de nomeação política e mais 3 secretários da Vereação. Mais referiu que, desde a saída da Dra. Alice França que o lugar de Chefe de Gabinete está vago, e mais recentemente, também o cargo de Adjunto, sendo que estes cargos são de confiança política e, por isso, da estrita responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal. -----

Mais referiu que, quando iniciou o seu mandato manteve a estrutura que existia, incluindo a Chefe de Gabinete anterior, o Adjunto anterior, assim como todas as Chefias foram mantidas. Face á necessidade de nomear um novo Chefe de Gabinete, escolheu o Dr. Rui Cruz, que foi Presidente de Câmara Municipal durante 12 anos, Diretor do ISS e militante do PSD, considerando que não é esse facto que retira qualidade ao seu percurso pessoal e profissional.

*A senhora Vereadora Fátima Bento* expressou a sua intenção de se abster na votação da presente proposta, considerando demasiado vago o que está dito e fundamentado, a falta de informação relativamente à estratégia que esta alteração poderia conduzir, pois as razões evocadas na proposta são vagas e nada esclarecedoras. -----

*O senhor vereador Artur Duarte*, referiu concordar com a posição assumida pela vereadora Fátima Bento, e disse não compreender que nesta fase além dum aumento considerável dos quadros da Câmara Municipal previsto no orçamento para 2020, da nomeação de um novo chefe de gabinete do Presidente da Câmara, dum assessor para as áreas da cultura e do desporto, se venha a passar para tempo inteiro um vereador, que ainda irá ter, conforme informação não oficial que nos chegou, um assessor. Mais referiu parecer ser o facto de terem cartão laranja que constituiu o elemento fundamental para a escolha de tanta assessoria.-----

*Deliberação nº 718/2019:*-----

*Deliberado, por maioria, com a abstenção dos senhores Vereadores eleitos pela Lista do Partido Socialista, aprovar a proposta.*-----



CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

**PROPOSTA DE PLANO DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DO MUSEU JÚLIO DINIS - UMA CASA OVARENSE - PARA APROVAÇÃO.-----**

*Deliberação nº 719/2019:-----*  
*Deliberado, por unanimidade, aprovar o Plano. -----*

**CANDIDATURA PARA A CERTIFICAÇÃO DA ESTAÇÃO NÁUTICA DE OVAR E MINUTA DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DATADO DE 22.10.2019. -----**

*Deliberação nº 720/2019:-----*  
*Deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal, datado de 22.10.2019.-----*

**PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS RELATIVAS À EMISSÃO DE DECLARAÇÃO, SOLICITADO POR ERMELINDA COSTA SOUSA - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, DATADO DE 04.11.2019. -----**

*Deliberação nº 721/2019:-----*  
*Deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, datado de 04.11.2019.-----*

**PROCESSOS DE CONTRAORDENAÇÃO INSTAURADOS NO PERÍODO DE 14.10.2019 A 30.10.2019 - PARA CONHECIMENTO. -----**

*Deliberação nº 722/2019:-----*  
*Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento.-----*

**DIVISÃO FINANCEIRA-----**

**INFORMAÇÃO RELATIVA À DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA DESPESA DE 12.10.2019 A 31.10.2019. -----**

*Deliberação nº 723/2019:-----*  
*Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento e aprovar. -----*

**RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA RESPEITANTE AO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2019 - PARA CONHECIMENTO. -----**

*Deliberação nº 724/2019:-----*  
*Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento.-----*





CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

**ALTERAÇÃO À CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE MANEIO PARA O ANO ECONÓMICO DE 2019, PARA A DIVISÃO DE CULTURA E DESPORTO - PARA APROVAÇÃO.**-----

*Deliberação nº 725/2019:*-----

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a alteração.*-----

## **DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

**PROPOSTA DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR NO ÂMBITO DO MESTRADO EM GESTÃO DESPORTIVA DA FACULDADE DE DESPORTO DA UNIVERSIDADE DO PORTO.**-----

*Deliberação nº 726/2019:*-----

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta e o respetivo Protocolo de Cooperação.*-----

## **DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SAÚDE**-----

**PROPOSTA DE EXCLUSÃO DE DUAS CANDIDATURAS AO APOIO NA FATURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.**-----

*Deliberação nº 727/2019:*-----

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta, nos termos da informação nº 320 da Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde, de 24.10.2019.*-----

**PEDIDO DE COABITAÇÃO E PROPOSTA DE REVISÃO DE RENDA RELATIVA AO FOGO SITO NO NÚMERO 227 DA RUA FREDERICO ULRICH, NO CONJUNTO HABITACIONAL DE CORTEGAÇA - PRAIA.**-----

*Deliberação nº 728/2019:*-----

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta, nos termos da informação nº 319 da Divisão de Desenvolvimento Social e Saúde, de 24.10.2019.*-----

## **DIVISÃO DE URBANISMO E PLANEAMENTO**-----

**INFORMAÇÃO RELATIVA À DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA GESTÃO URBANÍSTICA.**-----

*Deliberação nº 729/2019:*-----

*Deliberado, por unanimidade, tomar conhecimento e aprovar.*-----

**DELIBERAÇÕES:**-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

As deliberações foram aprovadas em minuta no final da reunião, nos termos do nº 3 do artº 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. -----

**ENCERRAMENTO:** -----

E como nada mais havia a tratar pelo Presidente foi encerrada a reunião, pelas 11:06 horas, da qual para constar se lavrou a presente ata que, depois de lida, vai ser assinada, obrigatoriamente, pelo Presidente e por mim, Susana Cristina Teixeira Pinto, Diretora do Departamento Administrativo, Jurídico e Financeiro, e pelos demais membros do órgão executivo que o pretendam fazer. -----

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---